



Sazonalidades na comercialização de hortaliças da agricultura familiar na fronteira Brasil-Bolívia

Seasonality in the commercialization of greens from familiar agriculture in Brazil-Bolivia's border

DI FABIO, Edison¹; NASCIMENTO, Denner Figueiredo¹; CAVASANA, Emmanuel Alexandre¹; COSTA, Edgar Aparecido da¹; FEIDEN, Alberto².

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, edisondifabio@gmail.com, denner.sr@gmail.com, emmanuelcavasana@gmail.com, edgarac10@gmail.com; ²Embrapa Pantanal, Corumbá, MS, PPGDRS –UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PR afeiden@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir o caráter da sazonalidade da produção de hortaliças para comercialização junto aos programas governamentais de aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar. O estudo foi desenvolvido de maio de 2016 a setembro de 2018. Foram compiladas as anotações de venda realizadas durante todas as feiras de produtos em transição agroecológica da Incubadora Tecnológica do Pantanal e da Fronteira, no Campus do Pantanal (CPAN) da UFMS, em Corumbá. Observou-se que os quatro produtos escolhidos para análise demonstraram variação considerável de oferta durante o ano. As folhosas (alface e couve) são mais ofertadas entre março e outubro; a mandioca, de maio a novembro; e o tomate, de julho a outubro.

Palavras-chave: Agricultura camponesa, Agroecologia, Espaço fronteiro.

Abstract: The objective of this paper is to discuss the seasonality character of the production of vegetables for selling for the governmental programs of food acquisition produced by the family farming. The study was developed from May 2016 to September 2018. Sales notes were compiled during every agroecological product fairs promoted by the Incubadora Tecnológica do Pantanal e da Fronteira, at the Pantanal Campus (CPAN) of UFMS, in Corumbá. It was observed that the four products chosen for analysis showed considerable supply variation during the year. The green leafy vegetables (lettuce and cabbage) are more offered between March and October; the cassava, from May to November; and tomato, from July to October.

Keywords: Peasant agriculture, Agroecology, Frontier space

Introdução

A produção de alimentos de forma continuada, na lógica do mercado, é um desafio para a agricultura camponesa. São lógicas diferentes: a do mercado funciona pela lei da oferta e da procura e tem por objetivo a extração da mais valia; a camponesa é movida pela produção para o consumo e comercialização dos excedentes e sua motivação é a sobrevivência/resistência enquanto classe social.

Além disso, fica muito difícil as famílias camponesas atenderem supermercados e outros estabelecimentos similares pela dificuldade que tem de ter uma produção padronizada e distribuída uniformemente ao longo do ano, tanto pelo desconhecimento de técnicas de planejamento e de dimensionamento da produção em função do mercado. Da mesma forma, as próprias políticas criadas para apoiar a comercialização dessas famílias, caso Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), podem ser comprometidas se não estiver na ponta do processo de aquisição dos alimentos uma pessoa com sensibilidade para compreender a lógica de produção camponesa e a sazonalidade, própria dela.

Por isso os chamados circuitos curtos agroalimentares se tornam importantes para os camponeses, já que levam para comercialização os produtos de que dispõem no momento e os entregam diretamente para o consumidor. Darolt, Lamine e Brandenburg (2013) consideram que o Brasil não possui uma definição oficial para designar circuitos curtos de comercialização. Os autores entendem que o conceito indica a “proximidade entre produtores e consumidores”. Observam duas classificações: a venda direta, quando a relação se dá diretamente com o consumidor; e a venda indireta, quando é processada com uma única intermediação, “que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local” (DAROLT, LAMINE e BRANDEMBURG, 2013, p. 9).

Recentemente as políticas públicas de apoio à comercialização da agricultura familiar, PAA e PNAE, representam importante alternativa à lógica capitalista de produção. O PAA é de âmbito federal e foi criado a partir da Lei 10.696 de 02 de julho de 2003, cuja finalidade é o abastecimento de alimentos e a valorização e incentivo do consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar, e garantindo o direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2003). A criação do PNAE se deu através da Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, conhecida como a Lei da Merenda Escolar, Lei de Alimentação Escolar e Lei do Programa do Dinheiro Direto na Escola (BRASIL, 2009).

Entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo. O PNAE em seu artigo 4º apresenta o seguinte texto:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Este trabalho orienta a discussão sobre as dificuldades da agricultura familiar em conseguir realizar as vendas para os programas governamentais tendo como base a pesquisa com um grupo de famílias camponesas do assentamento 72, no município de Ladário, localizado na porção ocidental do estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia. O fato de estar na fronteira implica na comercialização da produção dessas famílias em concorrência com produtos de agricultores bolivianos, que têm menor custo de produção em relação aos brasileiros e ofertam maior variedade nas feiras livres de Corumbá e de Ladário. A feira é território tradicional dos feirantes bolivianos e a ocupação de espaços pelos camponeses brasileiros tem sido marcada por lutas políticas, apoiadas por pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Embrapa Pantanal (CUYATE, 2015).

Desde 2011, as equipes da Embrapa Pantanal e UFMS (Campus Pantanal) realizam trabalhos de transição agroecológica e de organização das famílias camponesas para aumentar a segurança alimentar própria e para produzir alimentos para atender as populações urbanas de Corumbá e Ladário. Este trabalho culminou na formação do Grupo de Agricultores Agroecológicos Bem-Estar, em 2015 – um grupo informal que tem como objetivo, em curto prazo, organizar a comercialização da produção e, em médio prazo, se converter numa Organização de Controle Social (OCS) para certificação da produção orgânica pela venda direta (COSTA et al., 2016).

A agroecologia tem sido a alternativa para uma produção mais limpa e inserção diferenciada nos circuitos curtos de comercialização. Partindo de pesquisas e trabalhos realizados pela Embrapa-Pantanal e pela UFMS, um pequeno grupo de agricultores com treinamentos e orientações técnicas fazem seus plantios de acordo com os princípios agroecológicos objetivando trazer a melhoria da produção e ofertar produtos com excelente qualidade para a população fronteiriça em geral. Ainda não são produtores orgânicos, porque a Lei 10.831/2003 define a certificação orgânica em seu art. 2º do inciso III como sendo:

Ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes (BRASIL, 2003).

E os agricultores ainda não conseguiram se organizar de forma a constituírem uma Organização de Controle Social (OCS) que de esse aval ao grupo, para que possam vender seus produtos no mercado direto como orgânicos, mesmo sem o selo de certificação.

É preciso dar conhecimento de todos os procedimentos adotados para os sistemas produtivos. Nessa perspectiva, Gliessman (2010, p. 347) observa o seguinte:



[...] para que nossos sistemas de alimentos avancem em direção a uma maior sustentabilidade, é importante que tomemos medidas para realizar esse potencial. Isso só pode acontecer se o conhecimento sobre o processo de conversão – o que funciona e o que não funciona, que barreiras existem e como removê-los – é amplamente disseminado, expandido e aprimorado (Tradução nossa).

A agroecologia serve de paradigma crucial das experiências da agricultura ecológica, sendo fundamental levar em consideração cada local de estudo. De acordo com o Marco Referencial de Agroecologia da Embrapa, “a agroecologia é incipiente na afirmação de que se faz necessário incorporar a ecologia aos sistemas produtivos agropecuários, tendo o cuidado de diferenciar esse processo das práticas da agricultura convencional” (EMBRAPA, 2006, p. 17).

Além de apresentar fortes benefícios ao agricultor, reflete no consumidor e contribui para a conservação ambiental, pois evita a degradação do solo, contaminação das águas do lençol freático e o aumento do custo ambiental com a destruição da biodiversidade local e envenenamento de espécies animais. Ao se observar a localidade do Assentamento 72, no limiar do Pantanal (através da Baía Negra), nota-se um geossistema de elevada fragilidade e fica nítida a importância da agroecologia, que procura trocar os agrotóxicos utilizados no sistema produtivo por elementos naturais próprios e disponíveis nas propriedades (CUYATE, 2015).

Diferentemente da monocultura incentivada com a mecanização agrícola e no sentido das exportações, a policultura é um processo produtivo mais complexo, podendo ser tão antigo quanto a própria agricultura. Leva em consideração a biodiversidade e diversidade de produção em uma mesma cultura, compilando espaços e manejos que possibilitem a dinamização da produção, impactando de forma mais suave os cultivos realizados no ambiente, indo ao encontro das condições climáticas regionais e aos propósitos do agricultor (OLIVEIRA et al., 2015).

Uma das questões chave da comercialização dos produtos da agricultura familiar nos programas governamentais é a sazonalidade. Assim, a pergunta que se faz é: essa característica da agroecologia que se harmoniza aos ciclos de chuva e seca pode ser um entrave na comercialização da produção camponesa? A resposta parece óbvia: Sim! O que fazer para minimizar esses impactos para os agricultores e para os consumidores?

É isso que se tentará discutir, tendo como foco a produção do Grupo Bem-Estar que atua nas cidades de Corumbá e Ladário. Corumbá está localizada na porção ocidental do estado de Mato Grosso do Sul. A Leste limita-se com a cidade de Ladário e a Oeste com Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro, da província Germán Busch, departamento de Santa Cruz, no lado da Bolívia. Ladário tem seu núcleo urbano a 6

km do centro de Corumbá e a 12 km da fronteira com a Bolívia, integra-se economicamente aos municípios vizinhos de fronteira (COSTA et al., 2016).

A pesquisa ocorre no âmbito do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (NEAP) que tem como público alvo os agricultores familiares dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário, alunos de graduação e da pós-graduação do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pesquisadores da UFMS e da Embrapa Pantanal, técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e das prefeituras municipais vizinhas, com desdobramentos para os produtores de hortaliças fronteiriços da Bolívia. O NEAP tem sua sede no Campus do Pantanal da UFMS.

O objetivo deste trabalho é discutir o caráter da sazonalidade da produção de hortaliças para comercialização junto aos programas governamentais de aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido de maio de 2016 a setembro de 2018. As anotações de venda foram realizadas durante todas as edições das feiras realizadas no Campus do Pantanal (CPAN) da UFMS, em Corumbá. A Feira de produtos em transição agroecológica da Incubadora Tecnológica do Pantanal e da Fronteira ocorre todas as terças-feiras, exceto dias feriados, na Unidade I do CPAN, como atividades de projeto de extensão.

As informações coletadas a partir das anotações semanais de produtos vendidos por cada feirante foram levadas para uma planilha eletrônica e organizadas por mês. Foram escolhidos quatro produtos dentre os mais consumidos e demandados pelos municípios de Corumbá e Ladário e que figuram entre os mais produzidos pelas famílias camponesas que trabalham com hortaliças. Os quantitativos mensais foram organizados de modo a demonstrar a sazonalidade na produção e oferta desses produtos. Utilizaram-se ainda dados das compras do PAA realizados no município de Corumbá, fornecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura Familiar da Prefeitura de Corumbá para apresentar os dez produtos mais comprados.

Resultados e discussões

No período de 29/06/2017 a 26/10/2017 foram realizadas 1.078 ações de compras, totalizando R\$ 499.709,45. A Tabela 1 mostra os dez produtos mais adquiridos que representaram 75,21% das compras realizadas, sendo que a mandioca foi o principal



produto adquirido, com 165.998 Kg, correspondendo a 33,21%, ou seja, cerca de um terço do valor gasto.

Tabela 1. Os dez principais produtos mais adquiridos no PAA Municipal, 2017, Corumbá/MS.

Produtos	Total KG	Preço R\$	Total R\$
Mandioca raiz c/casca	165.998	1	165.998,00
Abobora Paulista	23.252	1,8	41.853,60
Mamão	12.946	2,1	27.186,60
Limão rosa	11.365	1,2	13.638,00
Tomate	10.956	2,4	26.294,40
Batata doce	9.638	2,1	20.239,80
Rúcula	8.386	5,15	43.187,90
Alface	7.910	2,6	20.566,00
Abobrinha Verde	3.760	2,9	10.904,00
Limão tahiti	3.505	1,7	5.958,50
TOTAL	257.716		375.826,80

Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá; Secretaria Especial de Agricultura Familiar, 2017.

O PAA é um programa federal que, de certa forma, transfere ao município a prerrogativa de fazer as aquisições de alimentos. Assim, é mais fácil para o gestor municipal atender as demandas da agricultura familiar, pois eles, normalmente, participam ativamente do processo das solicitações da compra. A sazonalidade tem baixo impacto neste programa. Existem duas modalidades de controle do PAA: a municipal e a da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O chamado PAA municipal parte da articulação do Município com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS); o da Conab é gerenciado por ela mesma – a associação ou cooperativa faz a proposta coletiva e o agricultor recebe o pagamento, individualmente, da Conab, após a aprovação.

Em Corumbá, o PAA municipal funciona da seguinte forma: a Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAF) prepara a proposta de aquisição, com todos os requisitos solicitados e submete ao MDS, que avalia, aprova e libera os recursos para a Prefeitura Municipal; a SEAF faz a chamada aos agricultores através dos meios de comunicação, realiza o cadastro, providencia a documentação dos agricultores DAP, Inscrição estadual, Documentos pessoais) exigido pelo MDS; a SEAF combina as entregas com os agricultores num ponto da prefeitura e realiza o pagamento após, aproximadamente, um mês da entrega; e, por fim, combina a entrega para as instituições beneficiadas pelas doações.

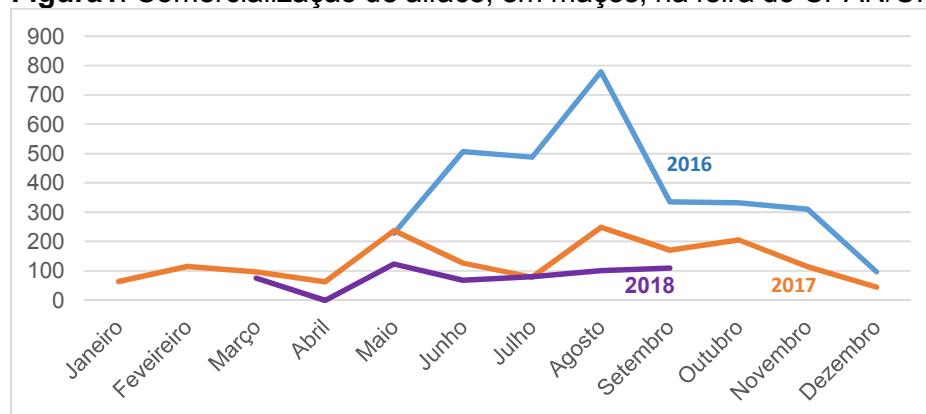
O PAA municipal atende uma vasta gama de entidades filantrópicas, instituições de ensino, de acolhimento, de saúde e de assistência social, sendo que em 2017 foram atendidas 31 entidades/instituições.

O PNAE é administrado pela Secretaria Municipal de Educação do município. Ao menos, 30% do recurso recebido do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser revertido em compras governamentais. Discute-se que este percentual é muito pequeno, perto do que precisa ser adquirido para ser utilizado na merenda escolar. Se ampliasse esse percentual haveria muito mais incentivo para as famílias camponesas para aumento da sua produção.

Um dos principais problemas vivenciados pelos gestores municipais do PNAE é a compreensão da sazonalidade da produção camponesa, que não é levada em conta na hora da elaboração dos editais. Por isso, o NEAP começou a desenvolver pesquisas para demonstrar a variação da oferta de produtos dessa agricultura. Desde maio de 2016, o Núcleo tem observado o comportamento da oferta de produtos do Grupo Bem-Estar na feira do CPAN/UFMS. Este grupo é o único no estágio de transição agroecológica dos municípios fronteiriços de Corumbá e Ladário. Portanto é muito mais sensível às condições climáticas que os agricultores convencionais, mas mesmo assim oferta mais de 40 produtos. Para este trabalho, pelas dimensões do mesmo, optou-se por demonstrar a sazonalidade de apenas quatro produtos básicos vendidos para os programas governamentais e dentre os mais consumidos nessas cidades: alface, couve, mandioca e tomate. Foram somadas as diferentes variedades de cada uma destas culturas, pois embora os ciclos das diferentes variedades possam mudar, o que interessa para a política pública é o abastecimento do produto, independente da variedade.

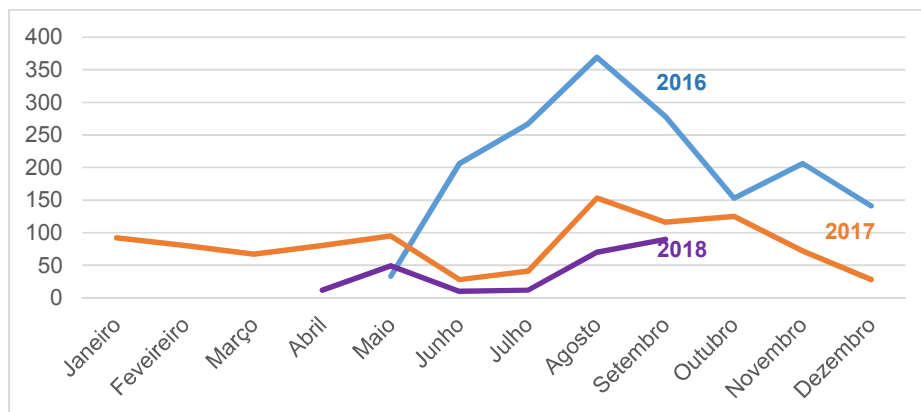
Os produtos escolhidos demonstraram, claramente, suas sazonalidades (Figura 1, 2, 3 e 4). As folhosas possuem ápice no meio do ano, no período do inverno, quando a incidência solar é menor no hemisfério Sul. A mandioca é a cultura do período mais seco (inverno e primavera) e o tomate é a cultura da primavera.

Figura1. Comercialização de alface, em maços, na feira do CPAN/UFMS, 2016-2018.



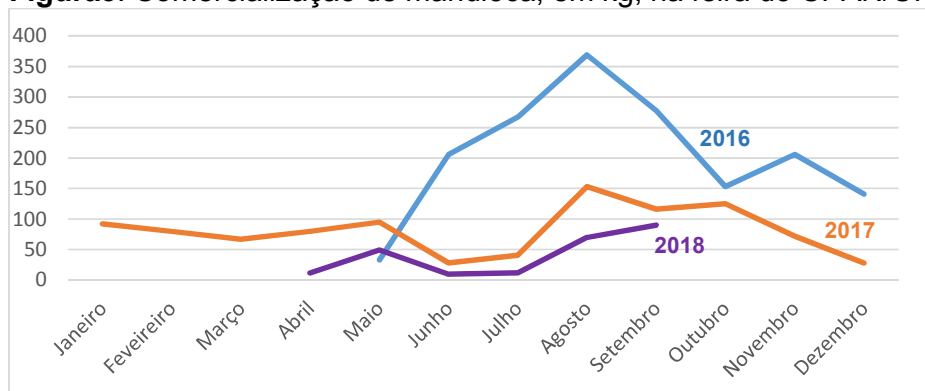
Fonte: NEAP, Corumbá, 2018.

Figura2. Comercialização de couve, em maços, na feira do CPAN/UFMS, 2016-2018.



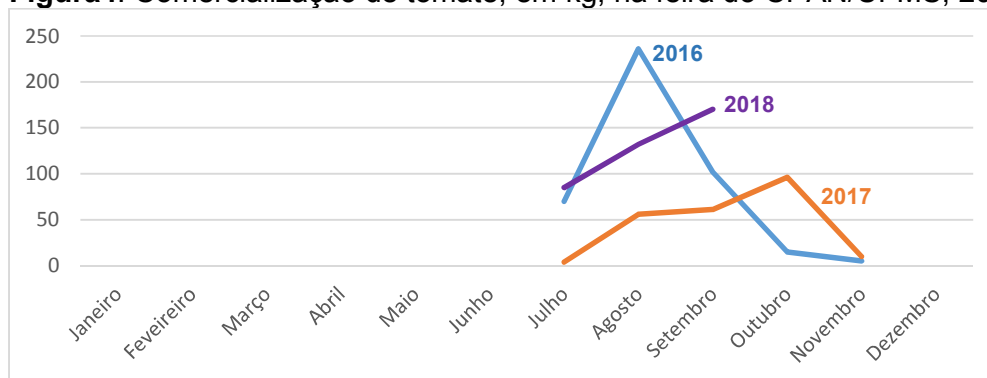
Fonte: NEAP, Corumbá, 2018.

Figura3. Comercialização de mandioca, em kg, na feira do CPAN/UFMS, 2016-2018.



Fonte: NEAP, Corumbá, 2018.

Figura4. Comercialização de tomate, em kg, na feira do CPAN/UFMS, 2016-2018.



Fonte: NEAP, Corumbá, 2018.

Observa-se um esforço de cultivo das folhosas e da mandioca durante todo o ano. Em 2017, por conta das condições de chuvas no assentamento 72, as famílias

camponesas conseguiram produzir durante o ano todo. Mas foi uma exceção, não percebida nos demais anos. A mandioca, também, naquele ano conseguiu ampliar a escala temporal produtiva de maneira excepcional. O mesmo não se verificou com o tomate, cuja produção foi restrita ao final do inverno e quase todo o período da primavera.

Eliminando-se a excepcionalidade do ano de 2017, e também o caso do ano de 2015, relatado em outro trabalho (FEIDEN et al., 2016), a Figura 1 mostra que para a alface, o período de produção adequado se dá entre abril-maio a meados de novembro. Já para couve entre maio e início de dezembro (Figura 2). Já pela Figura 3, pode-se observar que o período seguro de plantio da mandioca é de maio a setembro, podendo excepcionalmente se estender a novembro. E o período seguro de produção de tomate é de julho a outubro (Figura 4).

A produção em bases agroecológicas está intimamente ligada aos ciclos da natureza. Caso essa dinâmica não seja conhecida e observada na elaboração dos editais de compra dos produtos da agricultura familiar, dificilmente essas políticas alcançarão seus objetivos.

Conclusões

O conhecimento da sazonalidade da produção camponesa local é fundamental na elaboração de chamadas para compras governamentais.

Os quatro produtos escolhidos para análise demonstraram uma considerável variação de oferta durante o ano, informação que é fundamental para a elaboração dos editais das políticas públicas:

- Os editais para compra de folhosas como alface e couve, devem prever a principal entrega entre abril-maio a meados de novembro para alface e maio e início de dezembro para a couve.
- Já para a mandioca, os editais devem prever a entrega principal nos períodos de maio a setembro com alguma possibilidade de estender até novembro.
- Para o tomate, o período principal de entrega de ser programado entre julho a outubro.

Estes resultados ainda são preliminares, resultando de apenas três anos de acompanhamento e que incluíram um ano com condições climáticas excepcionais, e com o acompanhamento por um prazo maior podem ser alterados.



Agradecimentos (opcional)

Apoio financeiro da parceria interministerial MCTI/MAPA/SEAD/MEC/CNPq concedido pelo CNPq através do Processo 402737/2017-2.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei 10.696, 02 de julho de 2003**. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009**. Brasília: Casa Civil, 2009.

COSTA, E. A.; RODRIGUES, A.; SOUZA, D. M.; FÉLIX, C. G. S.; PAULA, R. S.; FEIDEN, A. Perfil dos consumidores da feira de produtos de transição agroecológica na UFMS, Corumbá-MS, Brasil. In. Agroecol 2016. **Anais...** Dourados: UFGD, 2016.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, junho 2013.

CUYATE, R. **Fronteira e territorialidade dos camponeses do Assentamento 72, Ladário-MS**. 2015. 80 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços - Mestrado profissional) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2015.

EMBRAPA. **Informação Tecnológica**. Brasília: Embrapa, 2006.

FEIDEN, Alberto; JUNG, Leandro Henrique; SILVA, Márcio da; COSTA, Edgar Aparecido da, Levantamento Participativo da Produção de Hortaliças no Assentamento 72, município de Ladário-MS, colhidas e vendidas pelo Grupo Bem-Estar no ano de 2015, Dourados, ABA-Agroecologia, **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 2, p.1-6, 2016.

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. **The Conversion to Sustainable Agriculture, Principles, Processes and Practices**. London; New York: CRC Press; Taylor & Francis Group; Boca Raton, 2010.

OLIVEIRA, M. R.; SILVA, E. S.; SANTOS, K. A. S.; FEIDEN, A.; BORSATO, A. V. Policultivo como prática de transição agroecológica no Assentamento 72, Ladário – MS. ABA-Agroecologia, Belém, **Cadernos de Agroecologia**, v.10,n.3, p. 1-5, 2015.